

STÉFERSON FARIAPETROBRAS



Plataforma de exploração da Petrobras, no litoral fluminense: projeto fixa limites para gastos com propaganda e assegura mínimo de investimentos das estatais em pesquisa

LICITAÇÕES

Estatais terão novas regras para contratos e gastos

Regras mais claras para as empresas estatais e sociedades de economia mista poderão ser implementadas caso seja aprovado projeto de lei apresentado pelo senador José Sarney. Entre as sugestões, o texto simplifica

e dinamiza o processo de licitação das estatais, proíbe gastos com publicidade superiores aos destinados a iniciativas sociais e destina pelo menos 5% dos lucros para investimento em pesquisas.

PÁGINA 4

CPI notifica 57, mas número pode mudar

Depois de tornar pública a lista de **57 parlamentares** intimados por suposto envolvimento no esquema de venda de ambulâncias, CPI dos Sanguessugas analisa o longo **depoimento** do empresário Luiz Antônio Vedoin, que pode levar à investigação de **mais nomes**

PÁGINA 3

Mercosul deve instalar Parlamento em novembro

O Parlamento do Mercosul deverá ser instalado no dia 6 de novembro, em Montevidéu, no Uruguai. O anúncio foi feito pelo senador Sérgio Zambiasi durante a reunião da comissão parlamentar realizada na Argentina, na semana passada.

PÁGINA 5

cidadania

A quem recorrer quando os seus direitos estão em jogo

A partir desta semana, o *Especial Cidadania* traz uma série de edições com um catálogo de órgãos fiscalizadores, das mais diversas atividades e setores, para auxiliar o cidadão na hora de reclamar ou fazer uma denúncia.

PÁGINA 12

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 9
FRASES	Página 9
VOZ DO LEITOR	Página 9
ACONTECEU NO SENADO	Página 11

Renan Calheiros faz balanço e aponta para agenda anticrise

Em entrevista, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fala sobre a produção legislativa durante a crise política e aponta para a necessidade de definição de uma agenda suprapartidária que garanta maior crescimento econômico.

PÁGINAS 6 E 7

ORÇAMENTO

CMO informa cidades sobre verbas federais

Os presidentes das câmaras de vereadores de todos os municípios brasileiros começaram a receber comunicação do Congresso Nacional informando quanto a prefeitura recebeu de transferências da União de janeiro a maio deste ano. A partir do próximo mês, os procuradores dos estados nos municípios também terão a mesma informação, todo mês. O objetivo é propiciar maior fiscalização dos recursos transferidos pelo governo federal.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), anunciou o início da remessa desses dados. Atualmente, só o prefeito e seus assessores próximos tomam conhecimento do dinheiro recebido da União. A coleta dos dados será feita por uma equipe da comissão.

Junto com os dados da CMO, os presidentes das câmaras de vereadores receberão um pedido para que as informações sejam repassadas a todos os vereadores, a fim de que eles ajudem a fiscalizar o uso das verbas. A CMO vem adotando medidas para tornar mais transparente as informações sobre verbas da União desde que a Polícia Federal divulgou a Operação Sanguessuga, que denunciou a compra de ambulâncias superfaturadas com dinheiro do Orçamento, fato que



Gilmar Machado acha que envio dos dados às câmaras de vereadores vai melhorar a transparência e a fiscalização

vem sendo investigado por uma comissão parlamentar mista de inquérito.

As comunicações do Congresso aos vereadores e procuradores conterão todas as informações sobre verbas que são repassadas obrigatoriamente, como recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dinheiro oriundo de convênios assinados entre a prefeitura e a União ou destinações previstas nos orçamentos dos ministérios, incluindo emendas dos parlamentares. A carta, no entanto, não informará se o repasse se deve ou não a alguma emenda parlamentar.

Na entrevista, o deputado Gilmar Machado admitiu que os

dados podem vir a ser usados politicamente pelos prefeitos, na tentativa de vincular seu trabalho à liberação de verbas da União. Entretanto, ponderou, o objetivo é permitir maior fiscalização por parte da sociedade sobre os gastos municipais.

– Se um vereador fica sabendo que a prefeitura recebeu um certo valor para a compra de uma ambulância, ele vai querer saber se o veículo foi comprado, por quanto e até quem vendeu. Isso é fiscalização e transparência – disse Gilmar Machado.

No futuro, a comissão deverá também comunicar às assembleias estaduais os valores recebidos da União pelos estados, com a mesma finalidade.

Os interessados em obter informações sobre as liberações de verbas da União podem recorrer ao sistema do Senado chamado Siga Brasil, no endereço www.senado.gov.br/sf/orcamento/siga/siga.asp

gendagendaendagenagendaendagenendagen

País terá juizados de violência doméstica

As mulheres brasileiras poderão contar com juizados de violência doméstica contra as mulheres com competências cíveis e criminais. A previsão está em projeto aprovado pelo Senado (PLC 37/06) e remetido à sanção do presidente Lula.

A nova legislação modifica o Código de Processo Penal para permitir a decretação de prisão preventiva quando o crime envolver violência doméstica e familiar, ou quando houver riscos à integridade física ou psicológica da agredida. Também altera o Código Penal, incluindo o emprego de violência doméstica ou familiar como agravante do crime, e a Lei de Execução Penal, para permitir que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

Atualmente, os juízes podem determinar que o agressor não se aproxime da residência ou do local de trabalho da mulher. O projeto prevê que o magistrado poderá determinar a distância mínima de aproximação, em metros. Se achar conveniente, ele poderá



Para Lúcia Vânia, há tempos o Brasil precisa de legislação contra violência doméstica

listar os locais freqüentados pela agredida e pelas testemunhas que ficarão proibidos para o agressor. O juiz pode ainda incluir a vítima em programas assistenciais do governo ou a garantia de seis meses de estabilidade quando a mulher precisar se afastar do emprego.

Para a relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), há tempos o Brasil precisa de uma lei específica que dê proteção e dignidade às mulheres vítimas de violência doméstica e atenda às convenções internacionais assinadas pelo Brasil. Ela lembra que uma

pesquisa do IBGE constatou, na década de 80, que 63% das agressões físicas contra mulheres ocorriam dentro de casa.

O projeto define como violência doméstica e familiar contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher ou dano moral e patrimonial”.

– A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma forma de violação dos direitos humanos – observa.

O PLC trata ainda da assistência à mulher vítima de agressões domésticas e fixa diretrizes de uma política pública de prevenção, com ações articuladas entre governo e organizações não-governamentais.

O projeto garante à mulher vítima de violência doméstica e familiar assistência judiciária gratuita. Prevê ainda a criação de equipe de atendimento nos futuros juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa equipe deverá ter advogados, psicólogos e médicos, para subsidiar o processo.

Presidência

Renan e Teotônio Vilela Filho recebem medalhas em Minas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o senador licenciado Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) receberam no dia 16 a medalha do Dia de Minas Gerais, entregue pelo governador Aécio Neves (PSDB) em cerimônia que comemorou os 310 anos de fundação da cidade de Mariana, primeira capital do estado.

A condecoração também foi entregue ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, à ministra do do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia Antunes Rocha, ao ex-ministro do STF Carlos Velloso e a outras 20 personalidades estaduais, como secretários de governo e prefeitos.

O evento foi realizado na praça Minas Gerais, que reúne alguns dos principais atrativos turísticos de Mariana, a 100 quilômetros de Belo Horizonte, como a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1784) – destruída por um incêndio em janeiro de 1999, mas que já se encontra quase que totalmente restaurada –, a Igreja de São Francisco de Assis (1763) e a Casa de Câmara e Cadeia (1768), que hoje abriga a Câmara de Vereadores de Mariana.

Aécio assinou decreto que transferiu simbolicamente a capital do estado para Mariana e distribuiu as medalhas do Dia de Minas Gerais ao lado do prefeito de Mariana, Celso Cota Neto (PMDB).



Renan, o governador Aécio Neves, o presidente do TSE, Marco Aurélio, a ministra do STF Cármen Lúcia e Teotônio Vilela Filho

Senador defende mudança radical no sistema de segurança pública

Em Mariana, o presidente Renan Calheiros defendeu uma “mudança radical” no sistema de segurança pública como forma de reduzir a ocorrência dos episódios de violência urbana, a exemplo dos conflitos verificados nos últimos dias entre as forças policiais e criminosos, em São Paulo.

– Tenho feito esforço grande para as mudanças, mas precisamos unir o esforço de todos para que essas mudanças aconteçam verdadeiramente em relação ao nosso modelo de

segurança pública. O que vivemos no Brasil é algo parecido com o que se viveu na Idade Média – avaliou.

Renan disse que o período eleitoral compromete a obtenção de quórum para votação no Congresso, mas ressaltou que o Senado aprovou matérias importantes, como a reforma do Judiciário e o pacote anti-violência.

– É preciso esforço de todo mundo para que o aperfeiçoamento constitucional aconteça – concluiu.

Curtas

ENGENHEIROS - O presidente do Senado recebeu os organizadores da World Engineer's Convention (WEC), convenção mundial de engenheiros que será realizada em Brasília, em dezembro de 2008. A comissão foi liderada pelo presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Marcos Túlio de Melo.

SANTAS CASAS - Renan Calheiros recebeu convite para participar do 16º Congresso das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos, que será realizado de 22 a 24 de agosto, em Brasília.

MENEZES - O presidente do Senado lamentou, em discurso, a morte do ex-senador paraense João Menezes, aos 89 anos. Renan lembrou que Menezes foi deputado estadual por duas vezes e federal sete vezes.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA A QUINTA-FEIRA

14h - Sessões não-deliberativas

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

SANGUESSUGAS Termina nesta segunda-feira prazo para que os 57 primeiros suspeitos apresentem defesa prévia à CPI

Punição a envolvidos na compra ilegal é incerta

A legislação eleitoral não coloca qualquer impedimento a que parlamentares investigados concorram, sejam eleitos e tomem posse nos cargos. A possibilidade de eleição de implicados na máfia das ambulâncias já causa incômodo no Legislativo.

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia, levanta a possibilidade de os processos de cassação de parlamentares acusados que venham a se reeleger serem iniciados em 2007, na próxima legislatura.

– Pessoalmente sou favorável à cassação das candidaturas, mas a lei não prevê isso – destaca Biscaia.

Para evitar mais constrangimentos do Congresso, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) protocolou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consulta sobre a possibilidade de impugnar a diplomação de candidatos que venham a ser eleitos e contra os quais existam provas de corrupção, ainda que sem condenação judicial.

Miro entende que a Constituição prevê a impugnação de candidatos mesmo sem condenação final. A Carta estabelece que “o

mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, instruída a ação com provas de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude”.

O deputado anunciou que, a partir da resposta do TSE, pretende requisitar à Procuradoria Geral da República a instauração de procedimentos preparatórios às ações de impugnação.

Na opinião do vice-presidente da CPI, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), o voto secreto nos casos de cassação de deputados é o grande problema.

– Com voto secreto, os parlamentares terão coragem de absolver os colegas – ressaltou Jungmann, com a lembrança de absolvição de acusa-

Para deputado, voto secreto deve impedir cassação de envolvidos

dos de receber o mensalão.

O relatório da CPI será encaminhado às Mesas da Câmara e do Senado, às quais compete encaminhar ou não possíveis denúncias ao Conselho de Ética de cada Casa. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, já afirmou que, depois de receber o documento da CPI, convocará a presidência do Conselho de Ética e os líderes partidários para adotar providências.



Ministro Gilmar Mendes, deputado Biscaia e senador Amir Lando: liberação de nomes foi autorizada

CPI ainda não sabe número de envolvidos

A CPI dos Sanguessugas finalmente pôde tornar públicos os 57 primeiros nomes de parlamentares suspeitos de envolvimento na máfia das ambulâncias. Além dos 15 já notificados, a comissão decidiu, com base no pedido de abertura de inquérito pelo Ministério Público (MP), notificar 42 outros na semana passada. No total, são 56 deputados e um senador – Ney Suassuna (PMDB-PB).

Os recém-notificados têm até esta segunda-feira para apresentar suas defesas; 14 dos primeiros notificados já encaminharam suas respostas à CPI. Mas o número de parlamentares investigados pode aumentar, segundo a direção da CPI. Isso porque, somente no depoimento de sete dias do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin à Justiça em Mato Grosso, foram citados os nomes de 105 parlamentares – além de outros dez ex-parlamenta-

res – e nem todos eles coincidem com os 57 já notificados, já que as denúncias foram feitas antes do depoimento feito em troca da redução da pena.

– Eles estão sendo investigados. Para que esse número aumente ou diminua, tudo vai depender das provas e dos depoimentos coletados. Se for o caso, teremos a coragem de inocentar parlamentares – declarou o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ).

O vice-presidente da comissão, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), defende que a CPI divulgue os nomes de 94 parlamentares sobre os quais acredita haver indícios mais fortes, pois Vedoin deu detalhes inclusive de pagamentos a parlamentares, por meio de bens (carros, ônibus ou imóveis) ou depósitos bancários em nome de assessores ou familiares. De acordo com o sub-relator de Sistematização, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP),

a análise do depoimento de Vedoin será concluída até esta quarta-feira. Somente depois disso, a CPI decide se ouvirá o empresário.

A divulgação dos nomes foi precedida por audiência com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pelos processos sigilosos contra os “sanguessugas”. Valeu a interpretação de que a CPI poderia revelar os investigados, pois teria outros meios de acesso aos dados, seja pelo MP, pela Polícia Federal ou pela Controladoria Geral da República.

A comissão se comprometeu a apresentar seu primeiro relatório até o dia 18 de agosto. O documento, segundo Biscaia, será uma avaliação da conduta dos parlamentares citados, com o grau de envolvimento de cada um. Ele disse que não há como ouvir todos, mas o colegiado fez questão de, apenas por cautela, solicitar a defesa por escrito, que será levada em conta.

Apuração será dividida em três frentes

Com o andamento dos trabalhos e o aumento do número de parlamentares, empresários, prefeituras e organizações da sociedade civil envolvidos, a CPI dos Sanguessugas está organizando seus trabalhos para aumentar a eficiência das investigações.

O relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), já definiu que haverá três áreas de trabalho: a “arquitetura do processo” fraudulento, que descreverá as etapas da compra superfaturada

de ambulâncias com recursos do Orçamento da União; o “ciclo orçamentário”, sobre a sistemática de apresentação e aprovação de emendas parlamentares que permitiu as fraudes; e a análise da conduta dos parlamentares

Lando também divulgou os temas e os integrantes das quatro sub-relatorias da comissão:

– Sistematização e controle – deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP);

– Investigação de parlamenta-

res – deputados Carlos Sampaio, Fernando Gabeira (PV-RJ), José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Júlio Delgado (PSB-MG);

– Investigação do esquema de fraudes na aquisição de unidades móveis de saúde – senador Wellington Salgado (PMDB-MG) e deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE); e

– Processo orçamentário – senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Parlamentares notificados anteriormente

Deputados

João Caldas (PL-AL)
Benedito Dias (PP-AP)
Almeida de Jesus (PL-CE)
Lino Rossi (PP-MT)
Pedro Henry (PP-MT)
Teté Bezerra (PMDB-MT)
Cabo Júlio (PMDB-MG)
Íris Simões (PTB-PR)
Fernando Gonçalves (PTB-RJ)
Paulo Feijó (PSDB-RJ)
Paulo Baltazar (PSB-RJ)
Edir de Oliveira (PTB-RS)
Nilton Capixaba (PTB-RO)
Wanderval Santos (PL-SP)
Pastor Amarildo (PSC-TO)

Parlamentares notificados semana passada

Deputados

João Correia (PMDB-AC)
Júnior Betão (PL-AC)
Benedito de Lira (PP-AL)
Eduardo Seabra (PTB-AP)
Coriolano Sales (PFL-BA)
Mário Negromonte (PP-BA)
Reginaldo Germano (PP-BA)
Zelinda Novaes (PFL-BA)
Marcelino Fraga (PMDB-ES)
Ribamar Alves (PSB-MA)
Ricarte de Freitas (PTB-MT)

Wellington Fagundes (PL-MT)
Isaías Silvestre (PSB-MG)
José Militão (PTB-MG)
Osmânio Pereira (PTB-MG)
Raimundo Santos (PL-PA)
Enivaldo Ribeiro (PP-PB)
Almir Moura (PFL-RJ)
Dr. Heleno (PSC-RJ)
Elaine Costa (PTB-RJ)
Itamar Serpa (PSDB-RJ)
João Mendes de Jesus (PSB-RJ)
José Divino (PRB-RJ)
Laura Carneiro (PFL-RJ)
Reinaldo Betão (PL-RJ)
Reinaldo Gripp (PL-RJ)
Vieira Reis (PRB-RJ)
Nélio Dias (PP-RN)
Alceste Almeida (PTB-RR)
Cleonânio Fonseca (PP-SE)
Amauri Gasques (PL-SP)
Edna Macedo (PTB-SP)
Irapuan Teixeira (PP-SP)
Jefferson Campos (PTB-SP)
João Batista (PP-SP)
Marcos Abramo (PP-SP)
Neuton Lima (PTB-SP)
Ricardo Estima (PPS-SP)
Vanderlei Assis (PP-SP)
Eduardo Gomes (PSDB-SP)
Maurício Rabelo (PL-SP)

Senador

Ney Suassuna (PMDB-PB)

Senador Ney Suassuna rechaça acusações

Único senador incluído na lista divulgada pela CPI dos Sanguessugas, Ney Suassuna negou conhecer seus acusadores e o próprio teor da denúncia, argumentando que o processo sobre o caso corre em segredo de justiça. Ele disse que procurou o deputado Antonio Carlos Biscaia, presidente da CPI, para contestar sua participação no episódio e, ao mesmo tempo, pedir rigor na apuração de eventuais irregularidades.

– Quero só que justiça seja feita, ao se aprofundar essa investigação, pois quem não deve

não teme – declarou.

Suassuna informou que, para esclarecer o envolvimento do seu nome, interpelou judicialmente um ex-funcionário de seu gabinete, já demitido, além da ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino e do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin.

Segundo Ney Suassuna, tanto o ex-assessor quanto Maria da Penha Lino já teriam declarado que não o citaram em seus depoimentos. O senador aguarda, agora, as explicações de Luiz Antônio Vedoin sobre o caso.

Em seu primeiro mandato como senador, Suassuna disse ter custeado, do próprio bolso, a compra e o conserto de 82 ambulâncias na Paraíba. Nos dois últimos anos de seu segundo mandato, prestes a se encerrar, revelou ter apresentado emendas para a compra de 29 ambulâncias no estado, das quais 15 foram adquiridas da Planam. O peemedebista se eximiu de responsabilidade por eventual ilegalidade nesse processo, lembrando que a compra dos veículos é feita pelas prefeituras.

Para Salgado, decisões não estão sendo votadas

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) acredita que dispositivos regimentais e constitucionais estariam sendo descumpridos pela CPI dos Sanguessugas, o que poderia levar a questionamento futuro dos trabalhos na Justiça.

– Estou tomando conhecimento das decisões da CPI pela televisão. Um grupo de quatro ou cinco está se reunindo e tomando as deliberações. Eu não abro mão de meu voto e estão tirando esse meu direito – reclamou Salgado.

As críticas do senador, que é membro titular da CPI, também recaem sobre a divulgação dos nomes dos 57 parlamentares que estariam sendo investigados pela Procuradoria Geral da República.

– O que não podemos é colocar uma lista em que há gente inocente e uma lista em que está faltando gente. Isso teria que ser votado. Será que estão faltando nomes nessa lista? E se estiverem faltando, vão aparecer antes ou depois das eleições? – perguntou.

PROPOSTAS Projeto simplificaria regras de licitações e obrigaria publicação de contratos de estatais na internet

Função social das estatais será sugerida por Sarney



As empresas públicas e as sociedades de economia mista podem, finalmente, vir a ter regras uniformes, que definam, por exemplo, sua função social, incluindo o atendimento aos mais pobres. A proposta consta de projeto de lei complementar a ser apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a pedido do Tribunal de Contas da União (TCU), regulamentando dispositivos do artigo 173 da Constituição.

Pela proposta, as estatais terão uma função social que as obrigue a desenvolver produtos e serviços para a população de baixa renda, a investir e oferecer emprego em regiões menos favorecidas e a se preocupar com a inclusão do deficiente físico e mental.

Para cumprir essas e outras determinações do projeto que asseguram a responsabilidade social, as estatais terão de reservar parte do lucro, no mínimo 10%, para essas atividades. Outra sugestão é que as estatais nunca gastem em verbas publicitárias valores superiores aos que destinarem a iniciativas sociais. Isso evitará casos como o Banco Popular, braço do Banco do Brasil para o microcrédito, que aplicou mais

em publicidade do que em empréstimos para sua clientela de baixa renda.

O projeto de Sarney também estipulará que as estatais direcionem pelo menos 5% do seu lucro operacional para investir em pesquisas que desenvolvam novas tecnologias. Ou, então, que esse valor seja equivalente ao que pagam em propriedade industrial, como licenças de *software* ou de patentes. Segundo levantamento dos consultores do Senado, a média internacional desses investimentos oscila entre 3,5% e 4% do lucro. Mas o Brasil investe

muito menos, o que recomendaria um percentual superior à média internacional para iniciar as negociações no Congresso.

Um aspecto que promete gerar polêmica é o dispositivo do projeto que veda a indicação política no preenchimento de cargos nas estatais e a complementação salarial de ministros e servidores de alto escalão. O que está proposto no texto é que no mínimo 40% dos integrantes do conselho de administração, ou de órgão equivalente que tenha a função de definir as políticas estratégicas e empresariais dessas companhias, sejam técnicos renomados no ramo em que essas empresas atuam e representantes da sociedade civil.

40%
das vagas
do conselho de
administração seriam
destinadas a técnicos



Sarney quer discutir transformação de empresas públicas em sociedades anônimas de capital fechado

Empresas teriam fiscalização dos tribunais de contas

Mais uma contribuição do projeto explicita que os tribunais de contas, de qualquer esfera de governo (federal, estadual ou municipal), terão competência para fiscalizar as estatais, dirimindo discussões jurídicas sobre as sociedades de economia mista, como ocorre com a Petrobras, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF).

A proposta de Sarney reconhece que precisa haver alguma flexibilidade na dispensa de licitação para observar as circunstâncias de mercado e a necessidade de agilizar decisões, um aspecto que tem gerado controvérsias entre juristas e auditores. Mas isso não poderá ferir, conforme o projeto, os princípios de legalidade, moralidade, economicidade e publicidade na administração pública.

Uma exigência que nem a Comissão Mista de Orçamento conseguiu inserir no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 está presente no texto a ser proposto por Sarney. As estatais terão de divulgar pela internet informações sobre a execução dos seus orçamentos e dos

seus contratos. Apenas os dados de caráter estratégico e que envolvam segredos industriais não precisarão ser detalhados, mas os tribunais de contas terão acesso a todas as informações.

O projeto simplifica e dinamiza o processo de licitação das estatais, que reclamam que a Lei 8.666/93 – que disciplina as compras do setor público – traz amarras que diminuem a competitividade das empresas. Com foco no sistema de pregão eletrônico, o texto inova ao prever a modalidade de concurso para escapar da rigidez atual, que atrela as licitações públicas ao menor preço, muitas vezes em detrimento da qualificação do serviço ou do produto. Essa nova modalidade, segundo os consultores do Senado, também está prevista no anteprojeto do Executivo que atualiza a Lei de Licitações e que se encontra na Casa Civil. Ela é aplicada para a contratação de “serviços singulares”, como elaboração

de projetos, consultorias, auditorias, pareceres técnicos, entre outros. O conceito de proposta mais vantajosa, acrescentam os consultores, também já está sendo adotado pelos países que compõem a Comunidade Econômica Européia.

Outra inovação se aplica à constituição societária. Todas as empresas públicas teriam, obrigatoriamente, que se transformar em sociedades anônimas

de capital fechado, adaptando-se às regras que disciplinam esse tipo de S.A. Da forma atual, a Casa da Moeda, por exemplo, é uma “sociedade atípica”, não seguindo nenhum

código de contabilidade para o acompanhamento e auditoria de suas contas. Entre as demais exigências, o projeto determina que todas as estatais teriam conselho fiscal e seus administradores estariam submetidos a relatórios de desempenho, com avaliação de como atuaram sobre os resultados das empresas.

Novo sistema de compras, o concurso adotaria pregão eletrônico

CAS já discute isenção de multa do FGTS

Como parte da justificativa do veto à obrigatoriedade de recolhimento de 8% sobre o salário do empregado doméstico para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a previsão de pagamento de multa de 40% em caso de demissão sem justa causa, o governo anunciou que vai enviar ao Congresso projeto que institui a obrigatoriedade do recolhimento ao FGTS para o empregado doméstico, sem prever a multa de 40% quando o trabalhador for dispensado.

Porém, já tramita no Senado

projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que dispensa o empregador doméstico do pagamento da multa (PLS 175/06). O relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) é o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Tourinho argumenta que o objetivo é aliviar parte dos encargos do empregador doméstico que recolher o FGTS. O senador lembrou que o FGTS facultativo para o doméstico foi introduzido pela Lei 10.208/01, para possibilitar o recebimento do seguro-desemprego.

“A perspectiva de ter de desembolsar uma quantia elevada na dispensa do empregado é suficiente para impedir que o empregador faça a inclusão no FGTS, tornando letra morta a lei”, destaca Tourinho.

O senador pondera que, apesar da boa intenção, a garantia desse direito aos domésticos poderia levar à informalidade ou à diminuição de postos de trabalho, substituídos por diaristas autônomos.

Lula vetou itens introduzidos pelo Congresso na Medida Provisória 284/06, que introduziu a possibilidade de dedução no Imposto de Renda Pessoa Física da contribuição de 12% paga pelo empregador sobre um salário mínimo. Outras alterações, porém, foram mantidas por Lula, como a garantia de férias de 30 dias corridos (em lugar de 20 dias úteis), estabilidade no emprego desde a comunicação da gravidez e até cinco meses após o parto, e a proibição de descontos de gastos com alimentação, higiene, vestuário e moradia.

Alta competição deve liberar preço de remédio, diz Tuma

Todos os medicamentos de alta competitividade podem não se sujeitar mais a controles de preços. Projeto de lei (PLS 28/06) com essa finalidade, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), está na CAS, onde o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), apóia sua aprovação definitiva.

Pela proposta, medicamento de alta competitividade é aquele que pode ser vendido sem prescrição médica, tem dispo-

nibilidade de genérico e muitos concorrentes no mercado.

Segundo o autor, o projeto pode contribuir para proteger o consumidor, beneficiado pela competição, e ainda desonerar o governo de controles sobre a indústria farmacêutica.

Tuma informou que aproximadamente 20 mil remédios estão sob controle de preços e apenas cerca de 1.400 fármacos têm preços liberados.

Paim quer campanha para ensinar como sacar fundo

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto para tornar obrigatória campanha publicitária de informação sobre as condições e os procedimentos para realização dos saques por beneficiários do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposta tramita na CAS em caráter

terminativo.

Paim registra que, depois de cinco anos em contas inativas, esses recursos são incorporados ao patrimônio do fundo, sem que os donos tenham sido informados.

Em 2005 existiam 815 mil contas inativas com R\$ 395 milhões.

Projetos alteram Estatuto da Criança e do Adolescente

Projetos de lei que alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente constam da pauta da próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa. Um deles determina a comunicação de casos de maus-tratos contra menores ao conselho tutelar. A proposta

(PLS 163/03), da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), tem apoio da relatora, Fátima Cleide (PT-RO).

Também pode ser examinado o PLS 178/03, do senador Paulo Paim (PT-RS), que proíbe a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos relativos a crianças e adolescentes na condição de acusados ou vítimas.

INTEGRAÇÃO REGIONAL Reunião do bloco continental em Córdoba define calendário para implantação de órgão



Na Argentina, Sérgio Zambiasi (E) assume a presidência *pro tempore* da comissão conjunta

Em novembro, Mercosul instala seu Parlamento

O Parlamento do Mercosul deverá ser instalado no dia 6 de novembro, em Montevideu, anunciou na quinta-feira passada o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), logo depois de receber das mãos da senadora argentina Graciela Bar a presidência *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), na cidade de Córdoba, Argentina, onde a comissão realiza sua 27ª Reunião Plenária.

Zambiasi prometeu empenhar-se, ao longo de todo o segundo semestre, para que o novo órgão seja desde o início democrático, plural, transparente e austero.

– Não vamos fazer de Montevideu um lugar de lazer parlamentar, mas sim um lugar de muito trabalho, comprometido com a cidadania mercosulina – declarou Zambiasi, logo após a posse.

Para que o novo Parlamento seja de fato instalado na data prevista, porém, ainda será necessária a ratificação do protocolo que

estabelece a sua criação pelos Congressos nacionais de Argentina, Brasil e Uruguai. O Paraguai foi o único dos sócios do bloco que já ratificou o protocolo. Na Argentina e no Uruguai, a proposta já se encontra no Senado. No Brasil, aguarda deliberação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

O deputado Mauro Passos (PT-SC), encarregado por Zambiasi de acompanhar a tramitação do protocolo na Câmara, pedirá ao presidente da Casa, Aldo Rebelo, prioridade para a votação no esforço concentrado de agosto. Se aprovado pela CCJ e, em seguida, pelo Plenário, poderá chegar ao Senado a tempo de ser aprovado antes da instalação do Parlamento, no início de novembro.

Segundo o cronograma de trabalho aprovado semana passada pela comissão, será realizado em agosto, em Porto Alegre, um seminário a respeito de questões

ligadas à integração fronteiriça. Em setembro e outubro, ocorrerão reuniões técnicas para discutir detalhes do processo de incorporação da Venezuela. Em novembro, se instalaria o Parlamento e, em dezembro, teria lugar no Brasil nova cúpula do Mercosul.

Parlamentares da Venezuela já participaram das discussões da reunião plenária da comissão, cujo tema principal foi a própria instalação do Parlamento do Mercosul. Não ocorreram debates sobre temas polêmicos como a disputa entre Argentina e Uruguai a respeito da instalação, em território uruguaio, de duas fábricas de celulose.

– Pela primeira vez senti o Parlamento pulsando verdadeiramente. Ao me perguntarem, aqui em Córdoba, com que espírito chegava a este encontro, respondi que me apresentava como cidadão do Mercosul. Essa é a mensagem que devemos levar a nossos países – recomendou Zambiasi.

Adesão da Venezuela interessa ao Norte do país

O Brasil como um todo se sentirá mais integrado ao Mercosul a partir da adesão da Venezuela, disse o senador Sérgio Zambiasi durante a cerimônia de abertura da 27ª Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em Córdoba. Na sua opinião, os estados do Norte brasileiro deixarão de ver o bloco como uma iniciativa que interessa apenas a unidades da Federação como São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

– O Mercosul vai agora da Patagônia às portas do Caribe. Até hoje, o Brasil, que tem dimensões continentais, via o bloco como um projeto de interesse somente do Sul. Agora, estamos levando o Mercosul ao Norte da América do Sul, o que representa um novo contorno geopolítico – destacou Zambiasi.

Ele citou a presença no encontro do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), representante

da região Norte, como uma demonstração de que o Mercosul está atraindo a atenção de estados localizados longe das fronteiras com os três sócios iniciais do Brasil no bloco – Argentina, Uruguai e Paraguai.

Mesquita Júnior concordou com o argumento e lembrou que a economia do Acre também pode dar a sua contribuição para o fortalecimento da integração, com a comercialização, por exemplo, de produtos como a fécula de mandioca, utilizada na extração de petróleo.

– O Mercosul era só o Sul, e devemos enxergar esse momento como uma possibilidade de interesse de todos os brasileiros. Muitos falam da globalização, mas o mundo caminha para a “blocalização”. O Mercosul pode ser o embrião de um forte bloco latino-americano e, pela sua extensão e por suas potencialidades, contribuir para a solução de nossas dificuldades – observou Mesquita Júnior.

Argentino prevê “salto qualitativo” no bloco

A instalação do Parlamento do Mercosul em novembro vai culminar um longo trabalho de integração patrocinado pelos integrantes da CPCM, segundo o deputado argentino Alfredo Atanasof, que concluiu durante o evento seu mandato à frente do colegiado. Seu substituto na presidência *pro tempore* no segundo semestre deste ano, o senador Sérgio Zambiasi, tomou posse na quinta-feira. Caberá a ele preparar o caminho para o início dos trabalhos do futuro Legislativo regional.

– Estamos perto de um salto qualitativo com a constituição do Parlamento do Mercosul. Esta não é uma simples reforma institucional, mas

Acordo com União Européia ajudará a financiar o novo Parlamento

uma mudança profunda no que diz respeito à participação dos cidadãos no processo de integração. Ali poderemos discutir nossas diferenças com uma visão integracionista – previu Atanasof.

Os versos do compositor brasileiro Geraldo Vandré que se tornaram uma espécie de hino de combate ao regime militar, na década de 60, foram lembrados na abertura da reunião pelo vice-governador da província de Córdoba e presidente da Assembléia, Juan Schiaretti. Depois de um pronunciamento feito em espanhol aos demais integrantes do encontro, ele pediu permissão para saudar, em português, os delegados brasileiros.

– Vem, vamos embora, que

esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer. Esta é a hora da integração – afirmou Schiaretti.

O vice-governador defendeu a criação de “instâncias jurídicas supranacionais”, para dirimir as controvérsias entre os sócios, e a construção do Corredor Bioceânico, que permitirá o trânsito de mercadorias em direção aos portos do Atlântico e do Pacífico. A obra, que facilitará a exportação de produtos do Mercosul para os países da Ásia, foi considerada por ele como “estratégica”.

Durante a reunião plenária da CPCM, foi apresentado um anteprojeto de acordo interinstitucional entre o futuro Parlamento do Mercosul e o Foro Consultivo Econômico-Social, composto por representantes da sociedade civil dos países que compõem o bloco. Segundo o anteprojeto, os dois organismos assumem o compromisso de se reunir ao menos uma vez a cada semestre, para promover intercâmbio de informações e opiniões a respeito do desenvolvimento do processo de integração regional.

Uma delegação da comissão reuniu-se com os ministros das Relações Exteriores dos países do bloco para, entre outros temas, discutir a implementação do convênio de cooperação firmado com a União Européia, que ajudará a financiar a instalação do Parlamento do Mercosul.

Esforço contra trabalho infantil será continental

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul decidiu, na reunião em Córdoba, recomendar aos países que compõem o bloco econômico que coordenem suas ações e seus organismos para consolidar a prevenção do trabalho infantil, por meio da harmonização de medidas e da atualização informativa, com o objetivo de “evitar o crescimento desse flagelo à infância”.

Por sugestão do senador Sérgio Zambiasi, a recomendação incluirá um pedido para que os países do bloco igualmente se empenhem em um trabalho conjunto contra a prostituição infantil e o trabalho escravo. Ele observou que, apesar de bem-sucedidas campanhas promovidas pelo governo do Brasil, a exemplo de ações do Ministério do Turismo contra a exploração da prostituição infantil, os dois problemas ainda afetam a sociedade brasileira.

Também foi aprovada uma recomendação para que os Estados-partes promovam estudos destinados a implementar um *cluster* embrionário

do Mercosul, considerado “imperioso” para a melhoria genética das raças bovinas dos países que integram o bloco econômico. A própria abertura de novos mercados para os produtos do Mercosul, indica ainda o documento, demandará “grandes esforços e férreos compromissos” do Estado e dos setores privado e acadêmico.

Outro tema debatido durante a reunião foi a criação de um Escritório de Registro e Equivalência de Títulos de Graduação para o Exercício da Atividade Acadêmica. Uma recomendação nesse sentido começou a ser discutida, mas deverá ser votada apenas durante a próxima reunião da CPCM, porque ainda não houve consenso.

Zambiasi considerou “bastante delicado” o tema da equivalência de diplomas entre os sócios do Mercosul. Ele recordou, por exemplo, que médicos brasileiros formados na cidade argentina de São Tomé, vizinha a São Borja (RS), não podem exercer sua profissão no Brasil.

ENTREVISTA Presidente do Senado faz balanço das atividades e prega entendimento para que país volte a crescer

Renan defende agenda anticrise

Há 17 meses na Presidência do Senado, Renan Calheiros enfrenta um dos mais conturbados períodos da história do Parlamento brasileiro. Instalou seis CPIs (Correios, Mensalão, Bingos, Terra, Emigração Ilegal e Sanguessugas) e conviveu com a pauta de votações do Plenário travada por medidas provisórias. Com uma carreira política iniciada como deputado



estadual por Alagoas em 1979, aos 23 anos, e no segundo mandato de senador, Renan diz que se aprende mais nos momentos de crise. Nesta entrevista, editada pelo **Jornal do Senado**, traçou prognósticos, fez um balanço dos trabalhos do Congresso e tratou de alguns dos temas mais importantes da agenda nacional, como impunidade e segurança pública.

O Senado poderá retomar nesse segundo semestre uma agenda positiva que ajude a alavancar o crescimento do país?

Renan – O bom senso indica que devemos construir entendimento para votar algumas matérias que a crise política impediu que fossem votadas nas duas Casas. Eu mesmo defendo a agenda do crescimento do país, que se desburocratize, que se vote a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e mudanças no sistema cambial, cuja legislação vem da década de 40. Esse aperfeiçoamento institucional tem que ser feito permanentemente. Depois das eleições, todos nós deveríamos parar, elaborar uma agenda suprapartidária de interesse do país, vencendo inclusive as dificuldades intrínsecas ao bicameralismo, como o descompasso na tramitação de matérias, que pode ser um fator de crise. Temos que verificar o que é possível fazer. Eu pretendo me dedicar também a essa tarefa.

O sr. acredita que oposição e governo irão superar em tão pouco tempo o embate político que caracterizou essa disputa eleitoral e buscar consenso em torno das grandes questões nacionais?

Renan – Tenho trabalhado para que isso aconteça, somando os esforços de todos. Mas é preciso que haja maior participação do governo federal. Se o governo não assumir a defesa dessa agenda suprapartidária, não trabalhar para que ela efetivamente se concretize, terá de arcar com o ônus de novas crises políticas. Isso não é bom para o Brasil. A crise política não derivou para uma crise institucional. Mas é sempre um risco. Nós não podemos cometer o equívoco de pagar o preço, de colaborar para que isso venha a acontecer.

Essa visão já predomina no Parlamento?

Renan – Essa é uma questão que só evidencia a grande necessidade da reforma política. Ela servirá, entre outras contribuições, para construir maioria governamental mais duradoura, seja qual for o presidente eleito. O que não se pode é repetir a relação que os partidos têm hoje com o governo federal. Ela tem que ser consequência de uma coalizão, com fundamento e objetivo programático. Se houver essa compreensão, nós chegaremos mais perto desse consenso para votarmos matérias de in-

teresse do país, aproveitando o ritmo de expansão da economia mundial para voltar a crescer a taxas expressivas, retomando uma vocação histórica.

O sr. assumiu a Presidência do Senado em um período turbulento, com várias CPIs acontecendo ao mesmo tempo, demissão de ministros, renúncia do presidente da Câmara. Qual foi o momento mais difícil nesses 17 meses?

Renan – O que é preciso nesses momentos é adotar um critério de comportamento. Foi isso que me norteou com relação às CPIs. A sociedade estava cobrando respostas e tínhamos que investigar a fundo. Fiz questão de deixar absolutamente claro qual posição assumiria perante cada situação. Isso facilitou em relação à isenção que precisava manter, à racionalidade, à serenidade, ao equilíbrio que precisei ter para decidir as intrincadas questões que opunham partidos, até aqueles que haviam participado da construção da minha candidatura à Presidência do Senado.

Qual a lição que se extraiu de um cenário tão conturbado?

Renan – Esses são os momentos em que se aprende mais. Todos nós aprendemos bastante. Agora mesmo com a CPI dos Sanguessugas. Outro dia, conversando com um dos seus integrantes, disse o que esperava da CPI. Ela foi criada para aprofundar uma investigação que já durava mais de dois anos, sem precipitação, com bom senso, racionalidade e responsabilidade para não atirar na vala comum as pessoas contra as quais há provas de culpa e aquelas que são inocentes. Essa é a responsabilidade e a isenção que todos nós precisamos ter, no Senado, na Câmara ou em qualquer CPI.

Para construir uma agenda do crescimento, não é fundamental a aprovação da reforma tributária que está estacionada na Câmara?

Renan – De fato, nós precisamos completá-la. Votamos aqui no Senado não o simulacro enviado ao Congresso, mas uma reforma tributária com começo, meio e fim. Foram várias audiências públicas. Ouvimos vários setores. E definimos um cronograma para viabilizar essa reforma, que culminaria com a implantação do imposto sobre o consumo. Nesse processo, os produtos da cesta básica seriam desonerados, elevando o real

FOTOS: GERALDO MAGELA



Renan Calheiros: “O bom senso indica que devemos construir entendimento para votar matérias de interesse do país”

poder de compra do salário mínimo. No entanto, até agora só foi aprovada a parte que o governo queria. A Desvinculação de Recursos da União (DRU) foi prorrogada até 2007.

Já se fala que o próximo governo, qualquer que seja, terá de fazer uma nova reforma previdenciária, possivelmente com acréscimo de mais cinco anos no limite de idade para aposentadoria. Como o sr. pretende encaminhar essa questão aqui no Congresso?

Renan – Essa é uma reforma que precisa ser vista com muita responsabilidade, inclusive do ponto de vista fiscal. Como defendo o crescimento mais acentuado da economia, prefiro raciocinar com o aumento da receita previdenciária vindo da expansão da produção e da formalização do mercado de trabalho. Mas essa é uma questão que dependerá das circunstâncias que viveremos no próximo ano.

Quais as matérias que poderão ser votadas no Senado nas duas semanas de esforço concentrado, programadas para agosto e setembro?

Renan – O Senado praticamente limpou a sua pauta. Estamos aguardando o retorno de algumas matérias que estão na Câmara, como o marco regulatório do gás,

projeto de iniciativa do senador Rodolpho Tourinho sobre o qual ainda não há acordo de mérito. Apesar da crise, conseguimos votar mais de 2 mil matérias nos últimos 17 meses, mesmo convivendo com seis CPIs.

Os parlamentos europeus, de um modo geral, votam um número muito inferior de matérias. Em alguns países, de 15 a 20 proposições por ano. Eles se preocupam em não criar um cipal jurídico para a sua população, uma das críticas freqüentes no Brasil. Não há um equívoco da mídia em avaliar o trabalho do Congresso pelo número de matérias aprovadas?

Renan – O que define melhor a eficácia do Congresso é a qualidade das matérias apreciadas, a sua contribuição para o aperfeiçoamento institucional e não a quantidade. Essa é a percepção que se tem em boa parte do mundo. Mas aqui é diferente até em relação às sessões plenárias. De modo geral, as pessoas acham que o cumprimento do mandato, do que a Constituição estabelece para o Legislativo, se mede pelo número de sessões plenárias. Em outros parlamentos, quem define o período de sessões é a própria Mesa. Porque há outras atividades que se somam a essa, e que também são importantes para o Legislativo.

O governo preferiu transferir para o Senado o debate mais aprofundado sobre matérias do seu interesse. Foi uma estratégia que deu certo?

Renan – O Senado mostrou equilíbrio e serenidade diante da crise política. Realmente funcionou como palco do debate político mais aprofundado. Conseguimos dar respostas importantes para a sociedade, como o pacote antiviolença, a minirreforma eleitoral, a nova legislação antidrogas, que tramitou durante anos, e mais recentemente o marco regulatório do saneamento básico, resultado de uma comissão mista e primeiro passo para resgatar enorme dívida em área fundamental para a qualidade de vida dos brasileiros, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), encaminhado pelo Executivo.

O sr. pode explicar quais as mudanças que o pacote antiviolença, atualmente na Câmara, trará para melhorar o cotidiano dos brasileiros?

Renan – Foi uma resposta que o Senado deu a esse momento que é gravíssimo sob a ótica da proteção de vida das pessoas. Uma cobrança que a sociedade está fazendo. O pacote, por exemplo, confere à segurança pública tratamento equivalente ao da saúde e ao da educação, garantindo a vinculação de recursos do Orçamento federal e sua aplicação obrigatória. Poder contingenciar recursos da segurança no momento em que vivemos é algo que apavora. Mas é bom ponderar que o pacote por si só não resolve essa questão da segurança pública no país. Defendo a regulamentação do artigo 144 da Constituição, que trata dessa questão. Assim poderíamos, por exemplo, redefinir a competência das polícias, engajar todos os entes federados [União, estados e municípios] no combate efetivo ao crime organizado, redefinindo as competências de cada uma dessas esferas.

Também não é necessário rever o Código Penal?

Renan – Sem dúvida. Ele é da década de 40 e não comina muitos crimes com os quais hoje a sociedade se depara. Precisamos também mudar a maneira de investigar. Outros países possuem o juizado de instrução. Após o crime, juntam-se na investigação, desde o primeiro momento, o Ministério Público, a polícia e o Judiciário. Aqui no Brasil, primeiro instaura-se o inquérito, a polícia investiga o caso e amplia o prazo quando necessário, e só então remete

ENTREVISTA Para Renan, mais importante que renovar mandatos é revigorar a legitimidade do Congresso

para o Ministério Público, que se entender precedente formula a denúncia, podendo a Justiça acolhê-la ou não. Aí repete-se na Justiça tudo o que a polícia fez, muitas vezes em favor da impunidade. De todos os males que a violência causa, o pior de todos é a impunidade. As pessoas matam, muitas vezes, pela certeza de que nada vá lhes acontecer. E os dados que comprovam isso são assustadores. Nos grandes centros urbanos, menos de 2% dos crimes – em que os autores são desconhecidos na hora dos fatos – são esclarecidos.

O crime organizado no Brasil mudou de tática. Antes, os criminosos tentavam cooptar os agentes do Estado, hoje chantageiam e matam ou eles ou seus parentes. O sr. acha que a democracia brasileira, do jeito que é, tem competência para combater esse tipo de crime?

Renan – Acho que sim, desde que haja esforço que congregue todos. Qualquer união que se faça para combater o crime organizado é defensável do ponto de vista da sociedade. Tanto que eu defendo que São Paulo aceite a colaboração do governo federal ou que qualquer outro estado aceite. Essa colaboração já deveria acontecer num grau maior, com fontes de financiamento definidas, com as responsabilidades claras da União para que, junto com os estados e os municípios, possam combater efetivamente o crime organizado e garantir a vida das pessoas. Um Estado que não garante e não protege a vida das pessoas, que Estado é esse? Essa é a pergunta que temos que nos fazer.

A longo prazo, fala-se que a solução estaria no aumento da escolaridade, da educação da população e na sua capacitação para o trabalho. O Fundeb está nessa direção?

Renan – Uma das matérias mais importantes que votamos foi o Fundeb, porque aumenta a permanência do aluno em sala de aula, valoriza o professor e demonstra que a educação é efetivamente uma prioridade. A criminalidade tem a ver diretamente com a questão educacional e mais com o desenvolvimento do país. Não é responsabilidade de uma causa só, mas de muitas causas que precisam ser enfrentadas. O Fundeb voltou para a Câmara. Mas acredito que seja votado em curto espaço de tempo. No entanto, temos que levar em consideração a pauta travada pelas medidas provisórias, outro erro da Constituinte.

Como assim?

Renan – Tivemos quase 90% desse período legislativo com a pauta do Senado travada por MPs. Isso não pode continuar. As sessões eram abertas já com a pauta travada por MPs com prazo vencido. É preciso conter os abusos, não só deste governo mas dos outros também. Se não, acabam-se invertendo os papéis. O Executivo passa a exercer o papel do Legislativo, esvaziando os nossos trabalhos. Por essa razão, o Senado saiu na frente e



Renan participa de mesa-redonda com profissionais dos quatro veículos de comunicação do Senado (rádio, jornal, TV e agência)

votou modificação fundamental no rito das MPs, por iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães. Antes de a MP entrar em vigor, é preciso verificar o pressuposto constitucional de urgência e relevância. Isso precisa ficar estabelecido na edição da própria medida.

A Super-Receita não foi exemplo claro de que é possível se adotarem providências importantes sem MP?

Renan – É um exemplo recente. Ela foi criada por uma MP que perdeu eficácia no Senado, que rechaçou a idéia de votá-la em prazo exíguo. O Executivo enviou projeto de lei que está hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, sendo aprimorado, como ocorre com as matérias que vêm para cá. Não há necessidade de se editar tantas MPs e produzir efeitos a partir de sua edição. Isso tumultua os trabalhos legislativos, influi na produtividade das duas Casas, inverte os papéis e, sobretudo, promove muitas vezes esse debate acalorado. Não sou contra o instituto da MP. Mas ele precisa ser aprimorado. E não vou medir esforços para que isso aconteça.

O Senado deve votar em segundo turno, durante o esforço concentrado, a proposta de emenda à Constituição que transforma o Orçamento aprovado no Congresso de autorizativo em impositivo. O Congresso está preparado para uma mudança tão substancial? Não precisará atravessar uma fase de transição?

Renan – A maneira de fazer o Orçamento federal tem que mudar. Precisa deixar de ser uma peça de ficção, onde o que se aprova no Congresso é contingenciado depois pelo Executivo. Defendo o orçamento impositivo como consequência de planejamento, que contemple as políticas públicas e não afete o equilíbrio fiscal. Mas para fazer isso não precisa ter a Comissão de Orçamento, que hoje possui um número maior de integrantes do que o Senado. Essas políticas

públicas poderiam ser discutidas nas comissões permanentes das duas Casas, com um engajamento efetivo do Congresso desde a fase de elaboração do Orçamento pelo Executivo. Outra mudança imprescindível é evitar as obras inacabadas. Investimos pouco em infra-estrutura, área fundamental para dar competitividade a nossa economia. Como não há obrigatoriedade na execução orçamentária e compromisso em garantir a finalização de obras iniciadas, todos os anos iniciam-se empreendimentos que não acabam. E me refiro a obras sadias, planejadas e auditadas.

Há um quadro de crise em vários partidos e mudanças na representação parlamentar – como a cláusula de barreira, que impõe condições para o acesso ao fundo partidário e ao tempo gratuito em rádio e TV. Com esse cenário, o sr. acredita em uma reorganização partidária após as eleições?

Renan – Não dá para antever se os partidos sobreviverão no seu formato atual. Muitos deles, sim. Mas vamos ter uma reestruturação no quadro partidário, primeiro em função da crise, depois em função da verticalização e da cláusula de barreira. Outro fator é a dificuldade que muitas correntes têm na convivência dentro dos grandes partidos. Tudo isso somado vai possibilitar uma reestruturação partidária. Não sabemos ainda em que direção. Isso ficará mais claro só após as eleições.

Esse cenário não evidencia a necessidade da reforma política?

Renan – Ela deveria ter sido a primeira das grandes reformas. Porque organiza melhor o sistema e facilita sobretudo as outras reformas, como a tributária, por exemplo. A agilidade que precisamos ter nas decisões seria dada por ela, que garantiria a fidelida-

de partidária e a diminuição do número de partidos políticos. Temos registrados em torno de 30 partidos no Tribunal Superior Eleitoral. Isso é um caos. Verticalizar 30 partidos em um país com circunstâncias diferentes em cada estado é um absurdo.

O sr. acredita na aprovação da lista partidária e no financiamento público de campanha?

Renan – Precisamos chegar a isso. Mas o financiamento público deve ser consequência da reforma política, porque se garante a transparência definitiva e a igualdade de oportunidades para os candidatos nas eleições. Fora disso, não vejo como caminhar rapidamente na direção que a sociedade está cobrando.

Há quem defenda que, se a opção for pelo enxugamento partidário, torna-se interessante a idéia de se ter no país partidos nacionais e partidos regionais. A democracia brasileira poderia conviver com essa mescla, com somente os nacionais disputando as grandes eleições, a exemplo do que ocorre na Argentina?

Renan – Não é fácil conviver com isso. A consequência da reforma política, se não imediata, mas de médio prazo, era exatamente a diminuição do número de partidos. Não pela redução em si. Mas para que cada partido pudesse, do ponto de vista ideológico e programático, iden-

tificar alguma posição. Essa é a mudança qualitativa que temos de fazer no Brasil em relação aos partidos políticos, que em regra geral existem para disputar as eleições. Precisam existir para defender ideais, pontos de vista, programas, buscar concretizar metas, coalizão de governo, dar fundamento programático àquela coalizão e não apenas a mera ocupação de espaço na administração pública. Isso é algo que está absolutamente desmoralizado e que não pode continuar.

A minirreforma eleitoral foi

uma resposta à sociedade diante da crise política. Existe a expectativa de que essas sejam eleições mais transparentes?

Renan – Exatamente. O objetivo do barateamento das campanhas tem como contrapartida garantir mais igualdade para as pessoas que disputarão as eleições e dar transparência ao processo em função da crise política. Mas a reforma que precisamos mesmo é a que o Senado votou há alguns anos e que precisa caminhar na Câmara. O importante é que não haja repetição de fatos que ocorreram em outras eleições, porque o Congresso investigou bastante. Tivemos que conviver com seis CPIs. Algumas delas investigaram práticas que são verdadeiramente condenáveis, que esperamos que não se repitam.

As eleições acarretam renovação da ordem de 50% na Câmara e acima disso no Senado. Dos 27 senadores que encerram seus mandatos, 13 tentam a reeleição. Pelo que o sr. diz, não basta apenas renovar mandatos. É preciso ter uma renovação política?

Renan – Sem dúvida. Isso implica a renovação da própria legitimidade do Congresso. Esse é o ponto central da discussão. O exercício do mandato tem muito a ver com aquilo que o parlamentar representa. Daí a necessidade de manter a interlocução permanente com a sociedade. E temos procurado fazer isso. A TV Senado, transmitida pelas parabólicas e pelo sistema a cabo, será logo transformada em TV aberta em praticamente todas as capitais brasileiras. Precisamos dar condições para que as pessoas não votem no candidato e em dois ou três meses esqueçam em quem votaram. A sociedade precisa ter instrumentos para acompanhar e saber o que está fazendo o candidato em quem votou, em defesa da própria sociedade, em benefício do país, do crescimento da economia e da estabilidade política. À medida que essas coisas ficam claras, a pessoa percebe a importância da democracia com relação a essa representação e a legitimidade de cada mandato.

“Maior que o Senado, Comissão de Orçamento deve acabar”

“Vamos ter uma reestruturação partidária depois das eleições”

PLENÁRIO

Alvaro Dias: “Partidos viraram meras siglas”

Desorganização do processo eleitoral e das instituições públicas. Esse é o diagnóstico do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ao analisar o que chamou de desestruturação partidária brasileira. Em sua opinião, os partidos políticos transformaram-se em meras siglas para registro de candidaturas. O senador advertiu ainda que, quando as legendas deixam de ser programáticas e de estimular a militância, acabam servindo apenas a interesses eleitorais.

Depois do desabafo, Alvaro Dias cobrou dos candidatos à Presidência da República o compromisso de apoiar uma ampla reforma política, que envolveria os Poderes Legislativo e Judiciário, membros do Ministério Público e entidades da sociedade civil. Ao comentar o processo eleitoral em curso, responsabilizou a verticalização – que obriga as coligações regionais a repetirem as coligações para a eleição nacional – pelo que classificou de “esculhambação”.



Alvaro critica a desorganização do processo eleitoral e das instituições públicas e pede compromisso com reforma política

– No Paraná, por exemplo, há partidos coligados falsamente. Muitos candidatos usam a coligação apenas para se eleger deputado, apoiando, de fato, candidatos diferentes para presidente da República, senador e governador – comentou.

Conflito no Oriente Médio

O senador Alvaro Dias também

transmitiu apelo da colônia árabe do Paraná, apreensiva com os rumos do recente conflito entre Israel e Líbano, que já causou mais de 200 mortes e deixou 600 feridos. Alvaro pediu o empenho do Ministério das Relações Exteriores em favor de uma negociação internacional capaz “de socorrer as vítimas inocentes da violência e fazer algo em favor da paz”.

Conversores digitais, só da Zona Franca

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) declarou na última quarta-feira que obstruirá a pauta do Senado e fará denúncia à imprensa internacional se o governo tentar modificar a legislação para que empresas de qualquer estado produzam, com incentivos fiscais, conversores que permitem televisores analógicos a captação de transmissões de TV digital.

Arthur Virgílio sustentou que só a indústria do Pólo Industrial de Manaus pode fabricar, com a redução de impostos, tais equipamentos, para ele “parte intrínseca dos futuros televisores digitais”.

Virgílio entende que a produção fora de Manaus será um golpe contra a “indústria não poluente” de Manaus e, conseqüentemente, contra a Amazônia. Caso o pólo industrial seja afetado, o Amazonas não teria outro caminho para sobrevivência a não ser a abertura de indústrias tradicionais, que podem provocar poluição.

– O conversor para TV digital não é equipamento de computador e nem a ele se assemelha – afirmou. O senador lembrou que, com a chegada da televisão digital, os proprietários dos milhões de televisores analógicos existentes terão de comprar o

conversor e, por isso, “cresceu a cobiça por esse mercado”. Ponderou que a indústria de Manaus já produz mais de 2,6 milhões de unidades para receber sinais de TV via satélite e 180 mil para sinais de TV a cabo.

Arthur Virgílio lamentou o fato de “autoridades” estarem falando abertamente de modificações na legislação, cedendo a pressões para viabilizar a fabricação desse equipamento fora de Manaus. Disse que o Ministério da Ciência e Tecnologia, “que deveria zelar pelo cumprimento da lei”, informa ainda não ter posição formada sobre o assunto.

Virgílio presta homenagem a Raimar e Raul Cortez

Requerimento de voto de pesar foi encaminhado à Mesa pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pelo falecimento do empresário Raimar da Silva Aguiar, ocorrido na última quarta-feira, em Manaus.

– O Amazonas perdeu um grande estrategista e profundo conhecedor de sua realidade. A

ele recorri em inúmeras vezes para aclarar dúvidas, jamais deixando de obter dados confiáveis que transmitia com riqueza de pormenores, amparado em sua integridade intelectual e extraordinário espírito público – disse, obtendo apoio dos senadores Ana Júlia Carepa (PT-PA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Luiz Otávio

(PMDB-PA).

Arthur Virgílio e a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) requereram ainda voto de pesar pela morte do ator Raul Cortez, na terça-feira, de câncer, aos 73 anos, em São Paulo. O senador José Agripino (PFL-RN) também associou-se às manifestações de pesar pela morte do ator.

Ideli comemora aumento na renda de pobres

A líder do governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), comemorou aumento de 14% nos rendimentos das famílias pobres. O crescimento foi detectado em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas e publicada pelo jornal *O Globo*. A senadora usou os dados da pesquisa para rebater discursos da oposição que acusam o governo federal de inatividade na área social.

– Esses dados da realidade, cientificamente pesquisados, dão conta de mudança na renda, de nível social, [e indicam] mobilidade social. São respostas inequívocas àqueles que sistematicamente dizem que

nada foi feito, que foi feito de maneira errada, que copiamos o que já existia ou que fizemos menos do que poderia ser feito – afirmou.

Ideli se referiu a outra pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, atestando, entre 2005 e 2006, a passagem de cerca de 7 milhões de brasileiros das classes de renda D e E para a classe C.

Em sua avaliação, a mobilidade social e a melhoria na distribuição de renda durante o governo Lula, constatadas pelo estudo, permitem resposta firme às críticas da oposição.

Heloísa Helena quer mudanças na economia

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu mudanças na política econômica brasileira. Ela advogou redução na taxa de juros e revisão na tributação imposta à classe média. Dizendo-se convencida de que é possível conciliar desenvolvimento econômico com inclusão social, a parlamentar afirmou que a queda dos juros poderá viabilizar a liberação de R\$ 160 bilhões para investimentos públicos na geração de emprego e renda, saúde, educação e segurança pública.

Ao tratar dos juros, Heloísa observou que a definição dessa política não cabe ao Comitê de Política Monetária (Copom)

– que realiza reuniões regulares para decidir a manutenção ou revisão da taxa básica adotada pelo país –, mas ao Conselho Monetário Nacional. Embora sustentando que mudanças nos juros podem ser feitas por meio de decreto presidencial, a senadora disse que o Banco Central poderia adotar medidas para reduzi-los se não atuasse “como servil do capital financeiro”.

Em relação à reforma tributária, Heloísa declarou que não é feita “porque o governo não quer”. Para ela, a redução nos tributos da classe média, com queda de arrecadação, seria compensada com a queda na taxa de juros.

Sibá defende veto de Lula a FGTS de domésticos

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos direitos de recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para empregados domésticos e à multa de 40% em caso



Sibá Machado

de demissão sem justa causa, aprovados pelo Congresso Nacional. Conforme Sibá, é indiscutível que os benefícios

vetados melhorariam a vida desses trabalhadores, mas “seria preciso antes que os empregadores encontrassem uma fonte de recursos para custeá-los”.

Para o senador, a MP 284/06, encaminhada pelo

presidente ao Congresso após os vetos, fecha um “ciclo virtuoso”, pois corrige “distorções” aprovadas pelo Legislativo.

MARANHÃO - O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou que seu estado recebesse “muitas promessas” de investimentos do governo federal, sem que nenhuma delas fosse adiante. A primeira foi de instalação de uma siderúrgica. Depois, de uma refinaria da Petrobras. Agora, afirmou Lobão, o Maranhão espera que se concretize a exploração de gás e petróleo na região de Barreirinhas. O estado, disse, tem o menor índice de desenvolvimento humano do país e 20% da receita vão para pagar dívidas.

PRODUTIVIDADE RURAL - Ao comentar reportagem do *Diário da Manhã*, Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o governo federal por preparar, sem abrir o diálogo, instrução normativa que obriga propriedades rurais a reajustarem índices de produtividade mínima de terras agrícolas. – Além de não reconhecer problemas do setor agrícola, a proposta exige a adequação imediata aos índices - disse. Ela lembrou que projeto seu (PLS 202/05) dá prazo de dois anos para a adaptação das propriedades a novos índices.

NEWCASTLE - Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o foco da doença de Newcastle (tipo de gripe aviária) no Rio Grande do Sul se deve à decisão do governo de não liberar recursos para a vacinação. O senador registrou que os criadores sofrem embargo de 40 países. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) registrou que no governo passado um foco da doença em Goiás teria sido debelado prontamente em

EMPRESAS AÉREAS - O senador Almeida Lima (PMDB-SE) criticou o atendimento das companhias aéreas, por não terem capacidade operacional de atender um número maior de vôos no momento de crise da Varig. Assim, disse, os atrasos são freqüentes pela falta de tripulações suficientes. Ele também criticou a Infraero e a Agência Nacional de Aviação Civil, pela fiscalização deficiente, uma vez que não estaria havendo manutenção preventiva. “Isso representa risco de vida para passageiros”, afirmou. Ele pode sugerir uma CPI para o setor.

VISTOS - Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu a aprovação de seu projeto que delega ao Ministério do Turismo poder de dispensar visto a turistas, para facilitar a entrada de pessoas de países que tradicionalmente mais enviam turistas ao Brasil. Hoje, a decisão cabe ao Itamaraty. O senador sustenta que é inadmissível que, apesar do potencial turístico, o Brasil receba apenas um em 300 turistas que viajam pelo mundo. A indústria do turismo, disse, é responsável por 8% das exportações mundiais e 180 milhões de empregos.

Voz do Leitor

TV DIGITAL

“Parablenzo o atual governo pela implantação da TV digital no país. Acredito que essa nova tecnologia será uma renovação, trazendo mais informação e melhorando as condições imediatas da educação, principalmente do cidadão de baixa renda. Após o advento da TV a cores, a TV digital é a maior evolução tecnológica brasileira.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

DELEGACIA DA MULHER

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei que tenha o objetivo de implantar a delegacia da mulher no interior de todos os estados do país, pois a mulher sofre muito com a violência física e psicológica praticada pelos amigos, sente-se coagida e fica calada, o que não pode acontecer.”

Cremildo de Almeida Melo Júnior, de Iúna (ES)

CRISE POLÍTICA

“A sujeira que a oposição está jogando no ventilador deve ser jogada de volta pelos eleitores para a oposição na próxima eleição.”

José Veiber, de Curitiba (PR)

VOTO OBRIGATÓRIO

“Concordo com a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Sérgio Cabral para acabar com o voto obrigatório. O voto é um direito, por isso deve ser exercido como tal. Sua obrigatoriedade o transforma em dever. Pensem nisso, senhores senadores.”

Gilvânia Andrade Cavalcante, de Araci (BA)

EDUCAÇÃO

“A educação é um dos elementos mais importantes na vida humana. A educação é, seguramente, um dos caminhos mais brilhantes, pois é por meio dela que podemos eliminar preconceitos e valorizar o respeito aos direitos humanos.”

Jailson Moura da Silva, de Surubim (CE)

PROJETOS

“A cidade piauiense de José de Freitas está desenvolvendo vários projetos relacionados à juventude da cidade, tais como: cursos, palestras educativas e outros. Esse é um exemplo que deve ser seguido em outros municípios brasileiros. É importante destacar também a atuação dos senhores senadores no desenvolvimento de mais projetos para essa faixa populacional de 15 a 29 anos.”

Francisco José Fereira dos Santos, de José de Freitas (PI)

SALÁRIO MÍNIMO

“Para se aumentar a cesta básica e a gasolina não há discussão. Agora, para aumentar o salário mínimo... tem muito o que se discutir!!!”

Edilson Silva Santos, de Itabuna (BA)

DANOS MORAIS

“Há uma tendência em se tornar desinteressante e banal mover ações de danos morais, para não sobrecarregar a Justiça. Quem ganha com isso são as empresas, que preferem pagar indenizações simbólicas e continuar desrespeitando os consumidores e os cidadãos.”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

USO DO CELULAR

Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)

“Senador Demostenes Torres, gostaria de saber se há possibilidade de classificar o celular como o grande vilão da violência que ocorreu em São Paulo. Além disso, quais foram as medidas tomadas pelo Congresso Nacional para conter o avanço do celular nas penitenciárias brasileiras?”

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) responde:

O uso de celular, sem dúvida, é um facilitador na comunicação de presos para fora dos presídios, e isso sempre houve, Murilo. Agora, é óbvio que o vilão não é o celular. O grande vilão continua sendo a corrupção, que permite a entrada de celulares, de armas, de drogas, de prostitutas e de tudo que facilite a vida dos presos. Um dos líderes do PCC, Marcola, em entrevista ao jornal *O Globo*, disse que chegam a ser feitas videoconferências de dentro dos presídios. Então, é fundamental que as empresas de telefonia instituam sistemas de bloqueio de celulares dentro dos presídios. Elas têm como fazer, e é legal. A lei prevê que, por via de resolução, a Anatel pode fazer isso, e que, por meio de leis, novas obrigações poderão ser impostas, sem que isso signifique quebra de contrato com os usuários de telefonia celular. A partir desse entendimento, teremos as empresas de telefonia trabalhando em prol da segurança nos presídios. Se essa obrigação vier, e isso já foi apontado e aprovado aqui no Senado, teremos mais um fator para tranquilizar os presídios, e com isso também a população, quando conseguirmos impedir os contatos dos líderes de facções criminosas com os seus comandados.



JOVENS

João Antônio Pinheiro Camargo, de Catalão (GO)

“Senadora Lúcia Vânia, na visão da senhora, que ações realmente trariam uma melhor qualidade de vida para os jovens brasileiros? O ProUni, do governo Lula, atendeu às expectativas?”

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) responde:

A pergunta que você me faz, João Antônio, é muito importante, porque aqui no Senado muitas propostas que discutimos e aprovamos acabaram se transformando em programas e em leis voltadas para o bem-estar da nossa população. Entre as iniciativas, podemos destacar o programa Primeiro Emprego; o Estatuto do Idoso, um grande avanço para a terceira idade; vários projetos de humanização de hospitais, como o apoio à mulher na hora do parto; e projetos voltados para a educação. O ProUni foi um deles, e não podemos discordar da sua importância. O programa é importante, mas temos outro grande desafio, que é melhorar a qualidade das universidades brasileiras. É urgente aprovar a reforma universitária, para garantir a autonomia dessas instituições. É fundamental que, junto com programas como o ProUni, ocorra a reforma do ensino superior, para que as universidades possam responder de fato ao que precisamos.



Frases

“Não vamos fazer de Montevideu um lugar de lazer parlamentar, mas sim um lugar de muito trabalho, comprometido com a cidadania ‘mercosulina’”

Sérgio Zambiasi, após assumir a presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em Córdoba (Argentina).

“Se tudo aquilo ali vier a ser comprovado, tem-se um esquema imenso que vai responsabilizar outros parlamentares, além dos 57 que já estão sendo notificados”

Antonio Carlos Biscaia, presidente da CPI dos Sanguessugas, para quem o depoimento de Luiz Antônio Vedoin, em Cuiabá, é um “documento impressionante”.

“Pesquisa é o retrato daquele momento e, muitas vezes, aquilo que se configura na pesquisa não se confirma nas urnas. (...) Sou um exemplo vivo disso, pois a pesquisa de boca-de-urna, na véspera do dia da eleição, posicionava-me em quinto lugar. Dessa forma, quem poderia estar por Santa Catarina nesta tribuna não seria eu, mas Paulinho Bornhausen, filho do senador Jorge Bornhausen”

Ideli Salvatti, em comentário às últimas pesquisas dos institutos Ibope e DataFolha.

“Se o próprio Lula amanhã fraquejar um pouco, o Bruno senta na cadeira de presidente”

Antonio Carlos Magalhães, sobre Bruno Maranhão, líder do Movimento de Libertação dos Sem Terra, que esteve preso por invadir a Câmara dos Deputados.

“Agora mesmo, um repórter me perguntou: ‘Senador, o que o senhor respondeu?’ Eu disse: ‘Como é que você respondeu em relação ao assunto da dona Paula?’ Ele falou: ‘Que Dona Paula?’ Eu perguntei: ‘Você não conhece dona Paula?’ Ele respondeu: ‘Não’. Eu disse: ‘Então, se você não conhece dona Paula, está na mesma situação. Eu também não sei qual é o assunto’”

Ney Suassuna, falando de sua surpresa por estar sendo acusado de envolvimento na máfia das ambulâncias.

Foto da Semana

O relator da CPI dos Sanguessugas, Amir Lando (D), ao lado do presidente, Antonio Carlos Biscaia, Carlos Sampaio e Fernando Gabeira, no anúncio à imprensa, na última quarta-feira, de 57 nomes de parlamentares supostamente beneficiados pelo esquema da Planam, que, por meio de emendas de congressistas, desviava dinheiro do Orçamento para compra de ambulâncias superfaturadas. A divulgação veio com a autorização do STF



GERALDO MAGELA

FGTS de domésticos na Rádio

Antes mesmo de ser submetida ao presidente da República, a Medida Provisória 284 já era alvo de questionamento por determinar a inclusão obrigatória do trabalhador doméstico no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Não só entre patrões, mas também entre representantes de entidades que atuam na área do direito desses trabalhadores, as opiniões dividiram-se: para uns, a inclusão no FGTS seria uma conquista da categoria; para outros, poderia aumentar o desemprego e estimular a contratação informal.

Aprovada pelo Congresso Nacional, a MP acabou tendo vários de seus dispositivos vetados pelo presidente da República. Esse é o tema do programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, às 12h.



Artigos vetados pelo presidente da República garantiam a domésticos recolhimento do FGTS e multa de 40% em caso de demissão sem justa causa

Ciranda de Lia de Itamaracá

Com produção e apresentação de Deraldo Goulart, a Rádio Senado reprisa, também nes-

ta segunda, às 23h, no *Brasil Regional*, programa sobre a música do compositor Baracho em homenagem a Lia de Itamaracá. Maria Madalena Correia

grande êxito.

Para informações sobre a Rádio e a TV Senado, acesse www.senado.gov.br/radio e www.senado.gov.br/tv.

do Nascimento ficou conhecida como Lia de Itamaracá nos anos 60, quando Teca Calazans registrou a quadra "Esta ciranda quem me deu foi Lia/que mora na ilha de Itamaracá". Lia canta e compõe desde a infância, mas o primeiro disco, *A Rainha da Ciranda*, é de 1977. Na década de 90, foi redescoberta pelo produtor Beto Hees, que a levou para participar do Festival Abril Pro Rock em 1998, com

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

INSTITUCIONAL

Escoteiros tomam conta do Senado

Jovens em busca de participação e crescimento como cidadãos. Escoteiros de todo o Brasil e de países convidados, juntamente com alunos da rede pública do Distrito Federal, visitaram o Senado na última sexta-feira. Depois da visita, cerca de 1.500 estudantes realizaram uma manifestação pela paz na Praça dos Três Poderes. Em seguida, entregaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva documento elaborado pela União dos Escoteiros do Brasil (UEB) com base nas atividades realizadas no III Jamboree

Nacional Escoteiro – encontro realizado no Parque da Cidade de Brasília, onde os escoteiros ficaram acampados.

Além da manifestação, o evento “Jovens pela Paz”, que encerrará o encontro dos escoteiros, promove atividades voltadas a práticas democráticas, respeito ao meio ambiente, direitos humanos e enfrentamento de crises sociais.

O III Jamboree se encerrou com o toque, em celebração à paz, de 400 tambores confeccionados pelos próprios participantes do encontro.



Cerca de 1.500 jovens escoteiros de todo o Brasil e do exterior, unidos a estudantes de Brasília, subiram a rampa do Congresso e fizeram manifestação pela paz e em favor da cidadania



Alegria e descontração marcaram a visita dos estudantes ao Congresso Nacional e à Praça dos Três Poderes



Aconteceu no Senado

Rastilho de pólvora em Guararapes

Há 40 anos, na manhã de 25 de julho de 1966, um militante da Ação Popular (AP) deixou uma maleta na banca de revistas do Aeroporto dos Guararapes, no Recife, com um artefato que explodiu às 8h50, provocando a morte de um almirante da reserva e de um jornalista. Um guarda perdeu uma perna. No mesmo dia, também no Recife, duas outras explosões tiveram por alvo o serviço de divulgação do consulado dos Estados Unidos e a sede da União Estadual dos Estudantes.

Não foram os primeiros nem os últimos ataques desferidos por organizações políticas de esquerda, que mergulhavam na clandestinidade e na radicalização. Naquele ano, os militares

– no poder desde o golpe de 1964 – ensaiavam a permanência no comando do país. As eleições gerais marcadas para outubro de 1965 foram realizadas parcialmente. O presidente da República, general Castelo Branco, conseguira a extensão de seu mandato até 1967 e o regime já lançara como candidato o ministro da Guerra, general Costa e Silva, que em 1966 percorria o país em campanha. As eleições seriam indiretas.

Na manhã daquele dia, uma pane no avião de Costa e Silva impediu que o candidato chegasse ao Recife às 8h30, e fosse atingido pela bomba. Mas não evitou a radicalização do regime e da oposição armada, que políticos experientes já anteviam.

Dois dias depois, em 27 de julho, o senador Aurélio Vianna (MDB-GB) registrou em Plenário que a executiva de seu partido condenava a violência.

– Entende [a direção do MDB] que o terrorismo concorrerá para criar maiores dificuldades à restauração democrática. Mas [...], reitera a sua posição, manifesta o seu repúdio e lança o seu protesto contra aqueles outros atos de terrorismo político e cultural que vêm sendo praticados pelo atual governo. Estudantes perseguidos, parlamentares com seus mandatos cassados, a sua consciência política violentada, a liberdade sindical desaparecida, tudo isso mereceu e merece o protesto do MDB, da consciência democrática do povo brasileiro.



Pane no avião do general Costa e Silva o livrou de atentado no aeroporto do Recife; em 1966, a radicalização dominava a política

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Fiscalizar é dever de todo cidadão

Você sabe onde reclamar se a comida pedida no restaurante causou problemas de saúde à sua família? Ou se o pronto-socorro em que você procurou atendimento parece não ter sido limpo há dias, com instalações e equipamentos sujos, inadequados ao atendimento das pessoas?

Exercer plenamente a cidadania inclui não se conformar com essas situações, denunciando e reclamando junto aos órgãos competentes, para tentar evitar que outras pessoas enfrentem os mesmos problemas, em um gesto de solidariedade para com os demais usuários.

Para auxiliar o cidadão a colaborar com a fiscalização, o *Especial Cidadania* inicia nesta semana uma série de edições que traz um catálogo de órgãos fiscalizadores, além dos Procons e do Ministério Público. Nesta edição saiba como reclamar de problemas nas áreas de alimentação e saúde.



MONYR LOPES JUNIOR/FOLHA IMAGEM

Recorra aos órgãos fiscalizadores do seu município ou estado para denunciar irregularidades na manipulação de alimentos

Responsáveis por produtos para uso humano

Cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizar e fiscalizar a produção de alimentos e bebidas, medicamentos, cosméticos, produtos de limpeza, higiene pessoal e perfumes; equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos, hemoterápicos

e de diagnóstico laboratorial e por imagem; cigarros, cigarrilhas, charutos e demais fumígenos (mesmo os não produzidos com tabaco). Os órgãos de vigilância sanitária de municípios, estados e DF são responsáveis pela fiscalização das empresas em que esses produtos são

vendidos ou manipulados: supermercados, padarias, bares, restaurantes, hospitais, clínicas, hemocentros, consultórios (médicos, odontológicos, de acupuntura, etc.), salões de beleza e farmácias, exceto os localizados em portos, aeroportos e fronteiras, que são de responsabilidade da Anvisa.

Onde encontrar a vigilância sanitária

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

SEPN 515, Bloco B, Ed. Ômega Brasília (DF) - CEP 70770-502
Telefone Geral: (61) 3448-1000
Disque Saúde - 0800-61-1997
Disque Intoxicação - 0800-722-6001
Central: 0800-644-0644
www.anvisa.gov.br

Centros de Vigilância Sanitária Estaduais

AC - Gerência de Vigilância Sanitária

Av. Antônio da Rocha Viana, 1.294 Vila Ivonete
Rio Branco (AC) - CEP 69914-610
(68) 3223-3453 - fax 3223-3432

AL - Coordenação Geral de Vigilância Sanitária

Rua Silvério Jorge, 1.174 - Jaraguá
Maceió (AL) - CEP 57050-025
Fax: (82) 3315-1666

AP - Divisão de Vigilância Sanitária Estadual

Av. Fab, 69 - Centro
Macapá (AP) - CEP 68910-000
(96) 212-6119 e 212-6182
fax 212-6182

AM - Fundação de Vigilância em Saúde

Av. André Araújo, 701 - Aleixo
Manaus (AM) - CEP 60060-001

BA - Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde

Centro Administrativo da Bahia
4ª Avenida, 400, Plataforma VI - lado B, 2º andar, sala 209
Salvador (BA) - CEP 41750-300
(71) 3115-4230 e 3115-4291 - fax 3371-2566

Diretoria de Vigilância e Controle Sanitário

Centro de Atenção à Saúde Prof. Dr. José Maria de Magalhães Netto
Av. Antonio Carlos Magalhães s/n - Iguatemi
Salvador (BA) - CEP 41820-000
(71) 3270-5770 e 3270-5761 - fax 3270-5776 e 3270-5777

CE - Ouvidoria Geral da Secretaria de Saúde do Estado

Avenida Almirante Barroso, 600 - Centro - Fortaleza (CE)
CEP 60060-440
(85) 3101-5285 e 5289-5290
Alô Saúde: 0800 851520

DF - Diretoria de Vigilância Sanitária

SGAN Quadra 601 Lotes O/P - Asa Norte
(61) 3325-4811/4812 - fax: (61) 3322-2182
gab.divisan@saude.df.gov.br

ES - Divisão de Vigilância Sanitária Estadual

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 - Bento Ferreira
Vitória (ES) - CEP 29052-121
(27) 3137-2427 e (27) 3137-2433
Fax 3137-2432/2472

GO - Superintendência de Vigilância Sanitária e Ambiental Estadual

Avenida Anhangüera, 5.195 - Setor Coimbra
Goiânia (GO) - CEP 74043-001
(62) 201-4100 - fax 201-4101/4136/4727
www.visa.goias.gov.br

MA - Superintendência de Vigilância Sanitária

Avenida Carlos Cunha, s/n - Bairro Calhau - São Luís (MA)
CEP 65076-820
(98) 3218-8724/8728

MT - Superintendência de Saúde Coletiva

Centro Político Administrativo - Bloco V - 2º piso - Palácio Paiaguás - Cuiabá (MT)
CEP 78070-970
(65) 613-5369 - 313-2670/2281 - fax 613-5377
Coordenadoria de Vigilância Sanitária - (65) 3613-5370

MS - Departamento de Vigilância Sanitária

Parque dos Poderes, Bloco 7
Campo Grande (MS)
CEP 79031-902 - (67) 318-1670

MG - Superintendência de Vigilância Sanitária Estadual

Avenida Afonso Pena, 2.300
5º andar - Funcionários
Belo Horizonte (MG)
CEP 30130-006 - (31) 3261-8763/8776 - fax: 3261-8776

PA - Departamento de Vigilância Sanitária Estadual

Rua Presidente Pernambuco, 489 - Batista Campos - Belém (PA)
CEP 66015-200
(91) 223-3339 e 222-4011 - fax 223-3339

PB - Agência Estadual de Vigilância Sanitária

Av. João Machado, 109 - 1º andar - Centro
João Pessoa (PB) - CEP 58013-520
(83) 218-5927/5928 - fax 218-6781

PR - Departamento de Vigilância Sanitária

Rua Piquiri, 170 - 2º andar - Rebouças
Curitiba (PR) - CEP 80230-140
(41) 3330-4300/4537/4467/4478 - fax 3330-4535

PE - Departamento de Vigilância Sanitária Estadual

Praça Oswaldo Cruz, s/n - Boa Vista

Recife (PE) - CEP 50050-210
(81) 3412-6424/6425 - fax 3412-6355
www.gevisa.pe.gov.br

PI - Divisão de Vigilância Sanitária

Rua 19 de Novembro, 1865 - Bairro Primavera - Teresina (PI)
CEP 64002-570
(86) 216-3660/3663 - fax 216-3653

RJ - Centro de Vigilância Sanitária

Rua México, 128 - 3º andar, sala 231 - Castelo - Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20231-031
(21) 2299-9245/9246
Ouvidoria - 2215-0689

RN - Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária

Av. Junqueira Aires, 488 - Centro
Natal (RN) - CEP 59025-280
(84) 232-2562 - fax 232-2557

RS - Centro de Vigilância Sanitária

Rua Domingos Crescêncio, 132, 3º andar, sala 302 - Santana - Porto Alegre (RS)
CEP 90650-090
(51) 3901-1101/1113/1107 - fax 3901-1102

RO - Gerência de Vigilância Sanitária

Rua Padre Ângelo Cerri s/n
Esplanada das Secretarias
Porto Velho (RO) - CEP 78900-000
(69) 216-5357/5350/5351/5352/5353/5354 - fax 216-5354

RR - Departamento de Vigilância Sanitária

Rua Madri, s/n - Bairro Aeroporto - Boa Vista (RR)
CEP 69310-043
(95) 623-9282 - fax 623-2880

SC - Diretoria de Vigilância Sanitária

Rua Tenente Silveira, 761
Ed. Montreal - Centro
(48) 3221-8480 - fax 3221-8479
www.dvs.sc.gov.br

SP - Centro de Vigilância Sanitária

Av. Dr. Arnaldo, 351 - anexo 3
Cerqueira César
São Paulo (SP) - CEP 01246-901
(11) 3066-8000

SE - Dep. de Vigilância Sanitária

Rua Urquiza Leal, 617 - Salgado Filho - Aracaju (SE)
CEP 49020-490
(79) 246-5236 - fax 246-4191

TO - Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária

Quadra 104 Norte, Av. LO 2, 13 - Conj. 0, Lote 30
Palmas (TO) - CEP 77006-022
(63) 3218-3264/3258 - fax 3218-3263

Onde reclamar sobre produtos para uso ou de origem animal

Para reclamar de produtos de origem animal ou para uso veterinário ou na agricultura, como carne, ração ou defensivos agrícolas, ou ainda de consultórios veterinários e *pet shops*, por exemplo, procure a secretaria de Agricultura do seu município ou estado, a superintendência federal de Agricultura no seu estado ou o Ministério da Agricultura.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Esplanada dos Ministérios, Bloco D - Brasília (DF)
CEP 70043-900 - (61) 3218-2828 - www.agricultura.gov.br
Ouvidoria - 0800 61-1995 - ouvidoria@agricultura.gov.br

Agrotóxicos e afins sem registro, ilegais, falsificados ou contrabando - 0800 940-7030

SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA NOS ESTADOS

UF	DDD	Telefones	Fax
AC	68	3221-4815 e 3212-1305/1310/1315	3212-1318/1313
AL	82	3223-2767	3315-7026
AM	92	3633-1372	3633-3880
AP	96	3223-3075 e 3222-0282	3222-4467
BA	71	3320-7436 e 3329-5890	3320-7440
CE	85	3455-9201/9202	3281-0004
DF	61	3326-2035	3326-2565
ES	27	3137-2703/2754/2704	3137-2719
GO	62	3221-7205 e 3221-7277	3221-7254
MA	98	2106-1961/1962	2106-1969
MG	31	3250-0306/0359	3250-0314
MS	67	3325-8866	3325-7666
MT	65	685-5678	685-1887
PA	91	3231-2554 e 3214-8696	3231-5878
PB	83	3246-2123	3246-2535
PE	81	3227-3911	3227-0309/1850
PI	86	3222-4549 e 3222-4321	3222-4324
PR	41	3361-4040/4042/4001/4043	3267-2411
RJ	21	2233-9122 e 3263-0822	2253-8182 e 2283-1699
RN	84	3221-1750/1741	3221-5698
RO	69	3216-5600	3222-2460
RR	95	3623-3736	3623-9364
RS	51	3284-9588/9523	3284-9615/9616
SC	48	3261-9999/9901/9902/9903	3261-9902/9988
SE	79	3179-2455/2457/2458 e 3215-4935	3179-2456
SP	11	3284-7404/6044/6544	3284-6944 e 3285-1492
TO	63	3215-8580	3215-8518